

Museu de Arqueologia e Etnologia

Salvador | jun/jul de 2013 | Informativo bimestral | Número 5 | Ano 1 | www.mae.ufba.br

Edição Educação e Patrimônio Cultural



Foto: Gabriel Abreu

Educação: do museu para a vida e da vida para o museu.

"O homem é um ser em contínuo aperfeiçoamento"
Paulo Freire

É irrefutável a importância da educação, em suas diferentes dimensões, para a formação cidadã crítica e transformadora e, por conseguinte, para o desenvolvimento sociocultural de uma nação. Tal assertiva é corroborada por diversos teóricos, organismos internacionais, e governos através de suas políticas educacionais.

É nesta mesma linha de raciocínio que a Rede de Educadores em Museus do Estado da Bahia (REM-BA), enquanto coletivo de pessoas interessadas nas questões da educação a partir da dimensão museal, busca discutir e atuar. Isto porque, a Rede acredita que o museu enquanto elemento sociocultural constituinte da sociedade, produtor de conhecimento, contributo da formação de cidadãos, é instituição fundamental nesse processo de transformação sociocultural.

Por isso a REM-BA tem como meta criar um espaço de diálogo entre educadores em museus e de outras instituições culturais e de Educação Formal, Não Formal e Informal, bem como entre diferentes práticas pedagógicas realizadas por indivíduos e grupos distintos, para a construção de contextos educativos colaborativos e estimulantes, que culminem numa formação de cidadãos críticos e transformadores sociais para o pleno e efetivo desenvolvimento humano.

Entende-se a educação como ferramenta necessária para a formação do ser humano, tornando-o capaz de transformar a comunidade em que vive. É a partir desta visão de educação que o museu, enquanto instituição sociocultural,

espaço de sociabilidades e detentor de vasto potencial didático-pedagógico, contribui para a formação ampla, irrestrita e qualitativa do indivíduo. Isto porque, trabalha conceitos, valores e princípios inerentes à arte, identidade, história, memória, territorialidade, cidadania, democracia, diversidade, pertencimento, apropriação, sustentabilidade, acessibilidade, interatividade etc.

Assim, a educação em museu favorece e potencializa diversos aspectos dos processos de ensino-aprendizagem a partir da valorização das pluralidades individuais e dos contextos educativos, indo ao encontro da necessidade das ações educativas formais estarem em consonância com a realidade sociocultural do meio. Portanto, contribui para tornar os contextos educativos mais instigantes, participativos, articulando diversos atores onde os indivíduos envolvidos nos processos socioeducativos se percebam representados e representantes e vejam a aplicabilidade da educação em sua práxis cotidiana. Não é atoa que a educação em museu se funda, sobretudo, em teorias freirianas como a "pedagogia solidária, colaborativa, para a autonomia e contra a opressão, capazes de despertar os 'inéditos viáveis' que transformam o tecido social".

Assim, a REM-BA acredita que a educação em museu fundada em sólidas bases socioantropológicas tem esse potencial de transformar espíritos com vistas a uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Ela muito contribui para que se possa vivificar novas estruturas ou

esquemas mentais que estavam internalizados, adormecidos, portanto, desconhecidos, viabilizadores de atitudes verdadeiramente transformadoras. Nesse sentido, a educação em museu também se funda em diretrizes de organizações educativas internacionais ratificadas pelo Brasil, como a UNESCO que define os quatro pilares norteadores da educação e o papel da escola do século XXI: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver junto e aprender a ser (Brasil, MEC, 2011).

É nesta perspectiva que a educação em museu permite se trabalhar diversos aspectos do indivíduo, favorecendo uma visão socioeducativa global dos processos de ensino-aprendizagem. Logo, o museu é, efetivamente, uma inquestionável e potencial ferramenta didático-pedagógica que, além de tudo, a partir da pedagogia colaborativa, estimula a boa relação escola-comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Peirópolis, 2000.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

MOURA, Maria Célia T. **Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária**.

YGOTSKY. Lev Semenovitch, **Psicologia da arte**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

Texto escrito pela equipe da REM. A 1ª Rede de Educadores em Museus foi criada no Rio de Janeiro em 2003 por um grupo de educadores em museus que enxergava nas redes uma ferramenta de fortalecimento para os setores educativos dos museus. Hoje, em todo o país existem 10 (dez) REM's tendo como forte característica, seu caráter autônomo de decisões e ações.

Em foco

Cursos de Extensão do MAE

Por Mara Vasconcelos

Ocorreram no MAE, entre maio e junho, os cursos de extensão “Mediação em Museus” e “Conservação de Acervos Arqueológicos: do Sítio ao Museu”. Os cursos foram realizados por ocasião da 11ª Semana de Museus, que ocorreu entre 13 e 19 de maio. Os encontros iniciados juntamente com o evento e se estenderam até o mês de junho.

O curso sobre mediação foi ministrado por Antônio Marcos Passos, museólogo da instituição, com o objetivo de contribuir no processo de formação continuada dos educadores, preparando-os para compreender e utilizar de forma qualitativa, os museus, seus acervos e exposições museológicas como elemento



de ensino/aprendizado culturalmente sensível e inovador.

O curso sobre conservação de acervos arqueológicos, por sua vez, foi ministrado por Celina Rosa e Mara Vasconcelos, conservadoras-restauradoras do MAE, a fim de refletir sobre a preservação dos acervos arqueológicos a partir das práticas de Conservação e Restauro desenvolvidas no âmbito da pesquisa arqueológica e da musealização das coleções.

Editorial

Este Boletim traz a temática Educação e Patrimônio Cultural, discutida nos artigos do Museólogo e Educador Antonio Marcos Passos, da Antropóloga e Educadora Dra. Jacqueline Sarmiento, da Rede de Educadores de Museus-BA e da Museóloga e Profa. Dra. Heloisa Helena Costa.

Na coluna Antropologia e Antropólogos da Bahia é apresentado o texto sobre o trabalho desenvolvido pela Prof. Maria do Rosário Carvalho, escrito por Cláudio Pereira.

Destaca-se o livro de Michel W. Apple Política Cultural e Educação, que problematiza a necessidade de novos caminhos para construção da Cidadania. Destacam-se os cursos de extensão realizados no mês de maio e junho: Mediação em Museus e Conservação de Acervos Arqueológicos.

Boa leitura!

Antonio Marcos Passos
Museólogo e Editor desta edição

Expediente



MAE/UFBA

Direção
Carlos Caroso

Museólogo e Editor
Antônio Marcos Passos

Conservação e Restauro
Mara Lúcia C. Vasconcelos
Celina Santana

Corpo Funcional
Geovane Hilário da Silva (Eletricista)
Alice Gomes (Assistente de Administração)
Izania Santos (Assistente de Administração)
Regina Lemos (Secretária Administrativa)

Corpo Técnico de Nível Superior
Gustavo Wagner (Prof. Dr. em Arqueologia)

Estudantes Bolsistas
Hildelita Marques (Museologia)
Maiaara Dias (Ciências Sociais)
Mauricéia Silva (História)
Tamires Pacheco (Museologia)

Redação
Antônio Marcos Passos
Heloisa Helena Costa
Jacqueline Sarmiento
Rede de Educadores de Museus
Mara Lúcia C. Vasconcelos

Diagramação
Alice Meira Gomes

Tiragem: 300 exemplares
Funcionamento: Segunda à sexta, das 09h às 17h.
Terreiro de Jesus, s/n, Prédio da Faculdade de Medicina da Bahia - Pelourinho. 40025-010.
Salvador-BA. Tel.: 71 3283-5530
mae@ufba.br | www.mae.ufba.br

Museus, Educação e Comunicação

Por Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

Embora muito já se tenha discutido sobre o papel dos museus no processo educativo, a complexa relação entre essas instituições culturais e a Educação ainda está sendo construída. Por isso, trabalhar a educação, a história e a memória em benefício do conhecimento das coleções museológicas, para dar-lhes uso adequado, ainda se faz necessário e premente.

Desde os últimos anos do séc. XX, o Brasil vem procurando construir políticas de inclusão social que têm tido expressões concretas em áreas afins do governo, especialmente nas de educação e de cultura. Na área cultural, tem havido um consistente esforço para reorganizar e incentivar um novo olhar sobre o patrimônio, como estratégia privilegiada de substituição do modelo tradicional de salvaguarda, que priorizava o cuidado com os monumentos, edifícios e museus, apenas pelo viés das técnicas de conservação. Estabelecer uma relação de qualidade entre público e patrimônio significa reafirmar os princípios constitucionais estabelecidos para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural na medida em que se busca, por meio desta proteção, reforçar a universalidade do acesso, da equidade e da integralidade das ações.

O modelo pedagógico até então adotado no Brasil caracteriza-se, em grande parte do território nacional, pela pedagogia coletiva, isto é, uma única e mesma forma de ensino para todos, como se todos agissem e pensassem da mesma maneira; pela estruturação rígida dos saberes em disciplinas; pela adoção do exame escrito como mecanismo de avaliação quase exclusivo, dentre as práticas pedagógicas.

A perspectiva de um modelo pedagógico inovador preconiza que o processo de educação utilize metodologias ativas de ensino-



Atividade educativa realizada no MAE/UFBA.

aprendizagem, que proponha concretamente desafios a serem superados pelos estudantes, os quais lhes possibilitem ocupar o lugar de sujeitos na construção dos conhecimentos e que coloquem o professor como facilitador e orientador desse processo, através de uma dinâmica dialógica.

Um outro conceito chave de um modelo pedagógico inovador é o de aprender fazendo, o que pressupõe a inversão da seqüência clássica teoria/prática na produção do conhecimento, assumindo que ele acontece de forma dinâmica por intermédio de ação-reflexão-ação. Pretende-se a completa integração entre os símbolos patrimoniais protegidos em museus, ou expostos na cidade, e os participantes das ações educativas e culturais, bem como a adoção de um programa integrado, organizado em módulos interdisciplinares, composto por problemas relevantes. Buscar a resolução dos problemas é uma atitude que orientará a busca do conhecimento básico que respaldará as intervenções cabíveis e assim, contribuirá para enfrentar os referidos problemas.

...o processo mais fundamental de toda conduta de aprendizagem consiste em que o sujeito aprenda a aprender. (Inhelder, Bovetti e Sinclair, 1977, p.116).

A construção de um novo modelo pedagógico deve ter em perspectiva o equilíbrio entre a excelência técnica e a relevância social, configurados como princípios norteadores do movimento de mudança. Dessa forma, prevê-se o processo ensino/aprendizagem baseado em resolução de problemas, em grupos pequenos, nos quais os professores formadores trabalhem como tutores, ocorrendo o ensino em ambientes diversificados – centros de interpretação, sítios históricos, laboratórios de simulação, ambientes patrimoniais, museus – e com atividades estruturadas a partir das necessidades. A avaliação também deve acompanhar o novo modelo pedagógico, sendo contínua, formativa e somatória, focando todos os aspectos do processo educativo-cultural com os diversificados patrimônios. Estima-se que os conhecimentos adquiridos possam gerar habilidades específicas e a adoção de atitudes de preservação do patrimônio cultural. O

processo integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes deverá criar no público participante a competência profissional e humana para o exercício da cidadania responsável.

Alguns projetos específicos podem ser sugeridos nesse sentido, a exemplo de cursos para gestores da cultura, tais como: o uso educativo de museus, monumentos, sítios históricos, arqueológicos e paisagens culturais; estratégias básicas de conservação preventiva e monitoramento das coleções, entre outros.

Mais especificamente no trato com os museus, que são em essência, ambientes educativos e comunicativos, é muito necessário repensar as formas de comunicação. Há uma diversidade de metodologias para abordagem do público, visando adequar as situações de aprendizagem museológica à faixa etária, ao grau de escolaridade, ao gênero, entre outras adaptações possíveis. Mas, essencialmente falando, com base na experiência acumulada em museus nacionais e estrangeiros, o uso das variáveis da interrogação, da metáfora e da ludicidade estão entre as mais eficazes para despertar a motivação, promover o interesse, estimular reações pró-ativas e mexer com os paradigmas.

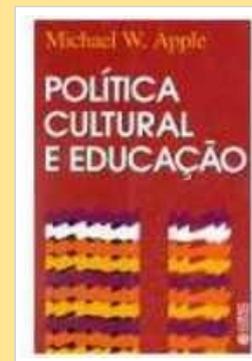
Nesse sentido, brincar com conceitos opostos em uma exposição, solicitando a intervenção do público através de votos, de expressões da emoção, de criatividade artística é um bom começo de diálogo. Também a técnica de contar histórias, na qual é possível apoiar-se em lendas e mitos, chamar à participação os mais idosos, promover um constante diálogo de gerações, tem demonstrado bons resultados quanto ao interesse do público. Outras técnicas, a exemplo do uso da cenografia com personagens que abordam o público, transformam a visita ao museu em situação de prazer e de humor, e

sabe-se que o ato de aprender de maneira descontraída já tem um comprovado sucesso, especialmente entre crianças e jovens.

Dessa forma, associar museus-educação-comunicação é uma atitude saudável e indispensável quando nos preocupamos com o público visitante, com as interações possíveis de serem feitas e com as habilidades específicas que são trabalhadas, inconscientemente por cada visitante em particular. **Daí poderemos afirmar, sem reservas, que o espaço de um museu é antes de tudo um espaço de educação.** Educação dos sentidos. Educação dos saberes; os que já chegam incorporados aos visitantes e os que serão absorvidos, construídos e reconstruídos no ambiente museológico. Educação para a vida, posto que as coleções são produtos reais de vidas já vividas ou em processo de vivência.

Essa reflexão repousa sobre uma abordagem holística e transdisciplinar. O pensamento holístico permite que se perceba, ao mesmo tempo, a totalidade e as partes, qualquer que seja o objeto, no mesmo sentido em que uma semente contém a potencialidade da árvore. Pensando nessa direção, uma peça de museu, uma canção ou um edifício, podem conter a história global de uma sociedade. Assim, é importante conhecer e compreender o patrimônio, dentro ou fora dos museus, para poder preservá-lo; a compreensão do patrimônio leva à compreensão do indivíduo enquanto agente e ator social e ao fazê-lo, será possível compreender a totalidade social e interagir com esta, visando melhorar a qualidade de vida oportunizando Saúde Cultural às populações. E nesse sentido, a missão dos museólogos estará sendo exercida em plenitude.

Livro em destaque



Política Cultural e Educação

Este livro abre o espaço para discussão com o olhar atento aos problemas teóricos e políticos gerados pelas várias formas de educação pública que existem em um mundo de diferenças.

Considerando de real importância a desconstrução falsificada do real, o autor realça a visão pragmática e utilitarista ao mencionar que a realidade econômica é construída por grupos de interesses, estes acusam a escola e levam o público a ver a escola como sistema produtivo de serviços ou seja "capital humano". (Apple, 2001, p. 177)

Nesta perspectiva, compreende que é preciso levar a sério as intuições populistas sobre o Estado burocrático, uma vez que estas, direta ou indiretamente apresentam-se com "múltiplas forças ideológicas atuando na educação e em todas as instituições.

É preciso reivindicar através de argumentos culturais, políticos e econômicos a compreensão mais complexa dos limites e possibilidades do trabalho educacional e do trabalho cultural em geral.

Há possibilidade de uma interação do corpo acadêmico, comunitário e outros grupos que não reproduzam as normas e valores da aliança conservadora para que os ideais educacionais surtam independentemente de qualquer tendência. (Apple 2001, p.178)

...se a Educação pretende ser libertadora é preciso, porém que ele seja capaz de romper as amarras que a mantém no cárcere do sistema dominante.

Apple, Michel W. *Política Cultural e Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

Fonte: R7 Brasil Escola/PAULO DIAS GOMES

*Doutora em Sociologia - Université du Québec à Montréal (2000), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1984) graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1973), graduação em Museologia - Museu Histórico Nacional (1973). Professora permanente do Mestrado em Museologia da Universidade Federal da Bahia.

¡Vamos ver o museu! Comentarios sobre la visita educativa al MAE.

Por Jacqueline Sarmiento*

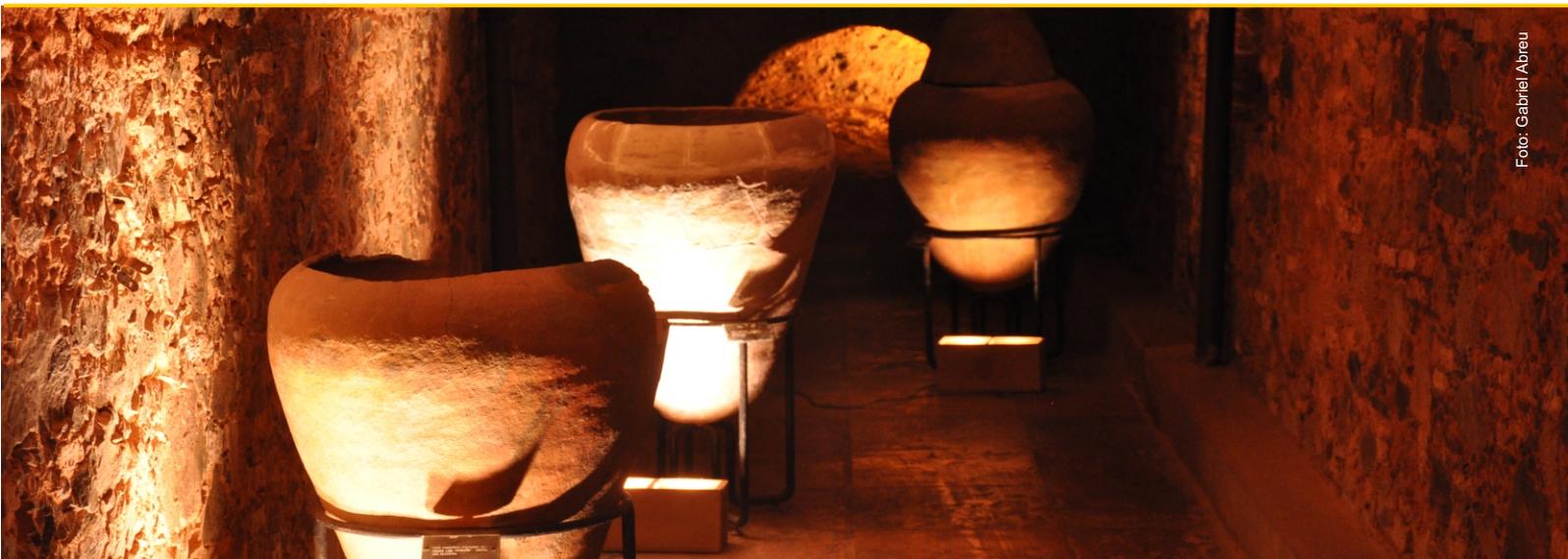


Foto: Gabriel Abreu

Urnas funerárias expostas no MAE/UFBA.

¿Qué es lo propio de la educación en el ámbito de los museos? ¿Cuáles son las características que trascienden la experiencia cotidiana de nosotros, educadores de museos, aportando a la conformación de un ámbito con identidad propia? Si bien la práctica cotidiana puede nutrirse de una mirada reflexiva sobre la misma, la aproximación a otras experiencias nos permite, siguiendo los pasos de la antropología, tomar distancia, desnaturalizar lo que hacemos día a día. En abril pasado tuve la ocasión de visitar el MAE para conocer sus prácticas educativas. Quisiera retomar algunas observaciones y reflexiones generadas en esos encuentros para hablar un poco sobre la educación en los museos.

Al pensar en la particularidad de la educación en museos dos aspectos me vienen a la mente; por un lado la especialidad, el museo propone espacios a ser recorridos mientras se habla de una temática y, por otro lado la presencia de objetos que atrapan la atención, detienen la mirada, provocan el diálogo. Sin embargo hay un elemento más que se hace presente aún antes de entrar al museo. ¡Vamos ver o museu! decía a un compañero un niño cinco años antes de ingresar al MAE. Ese estado de emoción, de agitación con que se inicia la visita a un museo da un carácter especial al encuentro con el otro, al contacto con el lugar; y nadie es indiferente.

El recorrido por el museo se desarrolla tejiendo un diálogo entre el grupo, el educador, y la exhibición. La conversación se detiene en los objetos, los rodea,

los atraviesa. En este sentido durante mis observaciones en el MAE algunos espacios de la exhibición pusieron en juego fuertemente la identificación de los visitantes con lo que se estaba viendo y la comparación entre lo propio y lo ajeno. Uno de ellos fue la vitrina de las etnias de Bahía, donde los grupos de adultos hablaban sobre la identidad, sobre la historia, y, unos pasos más adelante, los niños pequeños preguntaban mirando fotografías ¿Cómo é o nome desse índio? ¿Quál é o mais forte?, preguntas situadas en los individuos, donde los otros, iguales aunque diferentes, nos permiten compararnos.

El otro punto de la exhibición donde todos los grupos se detuvieron fue el sector con las urnas funerarias. La sensación del pasaje por espacios más cerrados con otra luminosidad y un cambio en la forma de exhibir acompañaron un cambio de actitud de los visitantes. El tema de la muerte generó comentarios, preguntas, comparaciones, incluso risas, en todos los grupos. Además, la presencia en este sector de una urna fuera de las vitrinas, ofrece una invitación a acercarse al objeto, y el mismo tono de la charla cambia: el grupo reunido junto a un objeto, en una situación un poco más intimista en que la conversación pasa casi a través del objeto, sus particularidades, su historia.

Los procesos identificación nos permiten apropiarnos de la exhibición, de ciertas

partes de ésta en las que hacemos foco. Sin embargo, como comencé diciendo, no es sólo la exhibición, los objetos, lo que distingue al museo, sino también el espacio que nos ofrece. En todas las visitas observadas los grupos se disgregaban por momentos, a veces formando grupos menores que mantenían una conversación. Esta aparente dispersión es también una forma de apropiarse del espacio museal al recorrerlo, transitarlo.

El museo conserva y exhibe sus colecciones, de acuerdo pero, ¿podemos nosotros apropiarnos de eso, hacerlo parte de nuestra vida? Sí, podemos, y el modo más inmediato para ello es la apropiación a través de la palabra. La visita al museo es una experiencia emocional, sensitiva y cognitiva que tiene a los objetos como referentes, puntos de anclaje de esa experiencia. La pregunta que pude oír en el cierre de varias visitas acerca de qué se llevarían del museo apunta a la apropiación, a identificar objetos o momentos de la visita que van a ser evocados, nombrados, actualizando así una experiencia significativa. De esta manera, el museo se incorpora a nosotros a partir de los relatos que hacemos sobre él; y los objetos elegidos, a modo de juego, para llevarnos del museo, se hacen presentes al ser evocados.

La visita al museo, cuando incluye emoción, identificación, apropiación, es una experiencia transformadora.

*Licenciada en Antropología, alumna del Doctorado en Historia (Universidad Nacional La Plata). Docente de la UNLP en la carrera de historia y educadora del Museo de La Plata desde el año 2008. Realiza en el Museo visitas guiadas, planificación y ejecución de actividades especiales y de capacitación.

Antropologia e Antropólogos na Bahia

Rosário de Carvalho entre os Kanamari.

Por Cláudio Luiz Pereira*

Gostaria de fazer aqui um comentário pontual sobre o livro *Os Kanamari da Amazônia Ocidental: história, mitologia, ritual e xamanismo* (Salvador: FCJA, 2002), de Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, fruto de tese de doutorado defendida na USP sob a orientação de Lux Vidal. Acredito que esta publicação se constitua numa das mais importantes etnografias escritas por antropólogos baianos e, neste sentido, leitura obrigatória não só de especialistas, como, sobretudo, de estudantes em treinamento antropológico.

A premissa básica de Carvalho, quando realiza sua etnografia, pode ser definida a partir da posição do xamanismo como operador de sentido aos distintos níveis de observação da realidade dos Kanamari, ou seja, a autora ressalta o papel do xamanismo como um mediador epistemológico, e que cria uma articulação entre os vários níveis em que a observação da realidade desta sociedade se dá. Ou, em outros termos ainda: como o xamanismo condensa e infunde sentidos, oferecendo inteligibilidade a um profuso jogo de relações presente nesta sociedade Kanamari.

Para demonstrar seu argumento a autora constitui seu trabalho a partir de uma introdução, duas partes, com um interlúdio ao fim da primeira delas, e uma conclusão. Acresce-se a isto um glossário de termos indígenas e as referências bibliográficas. Já na Introdução Carvalho expõe o modelo de etnografia buscada no seu empreendimento intelectual, e que justifica o título, segundo ela aparentemente ambicioso e descritivo. Trata-se de compreender e lidar com níveis de análise da realidade, que a autora configura como sendo “estratégicos”.

Na parte primeira é feito um apanhado histórico, ambiental, organizacional, demográfico e relativo à mobilidade espacial, sobre as atividades produtivas e relações de produção, bem como sobre as relações entre os gêneros. Os Kanamari estão radicados no território Amazônico, e a autora fixa a área investigada compreendo-a como aquela formada pelo alto curso do rio Jutai e pelo curso médio do rio Juruá. Carvalho elabora a formação histórica local, remexendo nas primeiras fontes, as percepções históricas dos próprios Kanamari, bem como os persistentes traços da presença do missionário

Constant Tastevin, na Amazônia, e em particular sobre esta etnia.

De acordo com Carvalho o sistema organizacional Kanamari é fluído, o que permite uma permanente atualização das relações sociais. O modelo é o *Djapa*, uma unidade social suficientemente abrangente ao ponto de abarcar todos aqueles que se autodenominam membros, ou seja, que usam a mesma língua e partilham um mesmo horizonte cultural. Ainda neste ponto a autora elabora as atividades produtivas, bem como as relações de produção, que na sua perspectiva é basicamente de apropriação e modificação da natureza. Também torna evidente uma interessante articulação econômica e política com o mundo externo, percebido pela antropóloga como provenientes das relações concretas entre a figura do *Taxaua*, encarregados dos contatos externos, e o patrão, figura estruturalmente dominante, o Outro, o “não índio”.

O interlúdio, que é apresentado a seguir, discorre sobre as relações de gêneros. Neste sentido são referidas relações definidoras nos dois mundos míticos. Quanto ao primeiro mundo, a autora discorre sobre a mitologia Kanamari, e elabora as referências a “precedência masculina sobre o gênero feminino” e, a partir destas relações, elabora curiosa argumentação onde são apresentados tópicos como infidelidade e traição, ação que se condensa na a figuração mítica dos “animais sedutores”. Quanto ao segundo mundo, são tratadas as relações entre puberdade, casamento e concepção, assim como as noções de resguardos, de interdições e restrições às relações sociais, e entre gêneros. Aqui a argumentação sustenta-se sob a realização da “complementaridade” que parece afinal, mais que tudo, cimentar estas relações sociais Kanamari.

Na parte segunda da obra, é explorado o que a autora denomina de razão simbólica, que para efeito de exposição é apresentado a partir das idéias de cosmologia, xamanismo e ritual. Através destas instâncias analíticas ela elabora as principais conexões suscitada por sua etnografia. No que concerne a cosmologia, ou em particular de sua cosmogonia, a autora interpreta que os Kanamari

preconizam uma existência anterior de duas terras, que foram destruídas para que surgisse uma nova terra, mas que mesmo que destruídas não deixaram de existir. Carvalho ilumina o cosmo Kanamari, portanto, como um mundo criado sobre a égide de *Tomakori*, seu principal herói criador.

Quanto ao xamanismo a autora discorre sobre o denominado “da pedra”, que coexiste com outras modalidades xâmanicas: o *marinawa* e o *omamhdak*. Aqui, mais uma vez é operada a distinção entre o mundo velho, onde viviam os primeiros xamãs, e o mundo novo, onde estes realizam, tão somente, uma mediação entre o céu e a terra. São exploradas narrativas nativas como as pertinentes ao *djohko* (designação que indica a onça e o jaguar e, também, o dardo xamanístico que introduz tanto a doença quanto a morte entre os Kanamari), a partir das quais se vêem os papéis dos animais do xamã, o processo de iniciação do neófito, as prerrogativas masculina para estas atividades xamanísticas, e a valiosa questão do “segredo” xamânico.

Já no que respeita aos rituais, Carvalho não se propõe a descrevê-los, mas busca, sobretudo, apontar seu importante lugar no interior do sistema social, uma vez que eles cimentam alguns dos nexos mais importantes para que esta estrutura Kanamari, que ela descreve a partir de componentes dinâmicos, não perca sua regulação sistêmica, ou sua inteligibilidade etnográfica. Aqui, mito e rito se imbricam e a autora elabora a profusa relação entre “cantadores”, “carne”, “almas” e “xamãs”, sendo este último, porém, a instância analítica fundamental através do qual a sociedade Kanamari é amarrada transversalmente como um feixe de relações plausíveis. Concluindo, a autora faz comovente e instigante leitura, ainda que breve, sobre as condições últimas em que se realiza a humanidade dos Kanamari.

O volume *Os Kanamari da Amazônia Ocidental: história, mitologia, ritual e xamanismo* de Rosário de Carvalho, portanto, em face de sua autenticidade e rigor metodológico, erige-se como documento e monumento da antropologia baiana.

*Antropólogo CEAO/FFCH/UFBA

Patrimônio Cultural e a Educação não-formal: aspectos políticos nos e para além dos Museus

Por Antonio Marcos Passos*



Foto: Arquivo MAE-UFBA.

Máscara Indígena Waurá.

A Constituição de 1988, nos artigos nº 215 e nº 216, trouxe para a nação brasileira a emergência de compreender novos sujeitos de direito, sejam estas populações indígenas, quilombolas e tradicionais.

A partir daquele momento, houve a ampliação do conceito de Patrimônio cultural, fato que contribuiu para aprofundar questões com os bens culturais materiais e imateriais, suportes para compreensão dos diferentes grupos. Abreu (2008), em seu texto "A patrimonialização das diferenças: usos da categoria "conhecimento tradicional" no contexto de uma nova ordem discursiva", analisa o artigo 216 da Constituição, que prevê a *proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (índigena, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro.* (p.70, 2008).

A partir das reelaborações nos citados artigos, passam a ocorrer reflexões ainda mais sistemáticas sobre a etnicidade no Brasil e o conseqüente alargamento do conceito de patrimônio cultural. Um processo ininterrupto de forças foi acionado, potencializando a reflexão sobre as necessidades das populações, o "conhecimento tradicional", a "biodiversidade" e os "recursos genéticos".

Neste novo campo de disputas a educação formal, não-formal e informal recebem os impactos. No que tange a educação não-formal, os museus e suas equipes passam a intensificar agora com base na Carta Magna, a revisão de conceitos e ações práticas que contribuem no processo de repensar a diversidade cultural.

No ano de 2003 nasce a Política Nacional de Museus, gerada em comum acordo entre o governo federal e a sociedade civil. Esta política traz para a Museologia, os museus e demais espaços culturais novas bases para repensar a contribuição da educação não-formal, potencializando a valorização, divulgação e proteção do patrimônio local, o que envolve apropriação e pertença coletiva.

Destaca-se neste contexto, também em 2003, o Projeto Piloto da Política Nacional de Museus, que ocorre na Bahia, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Célia Santos, a partir do Eixo 03 de Formação e Capacitação, fato que estabelece contribuições efetivas para se repensar os problemas macro e micro dos museus e da Museologia na Bahia. Este Projeto posteriormente veio a ser ampliado para outros estados pelo Departamento de Museus, hoje Instituto Brasileiro de Museus.

Também neste período, no âmbito da educação em museus, outros impactos são sentidos, provenientes das conferências do Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, que realiza ano de 2003, no México, a conferência anual, com o tema "Conceitos educacionais moldando realidades do museu: missão possível!" e em 2004, em Seul, a conferência "Museus e o patrimônio intangível". Nestes eventos do CECAICOM, busca-se traçar estratégias de educação para os museus.

Soma-se às ações que envolvem uma diversidade de agentes e agências a criação do Sistema Brasileiro de

Museus, instituído pelo Decreto 5.264, de 05 de novembro de 2004, conforme Tolentino “contribuindo para o caráter oficial necessário para o trabalho em rede e participativo com o qual o DEMU (hoje IBRAM) já vinha atuando desde a implantação da PNM” (p.112, 2006).

Em 2006, o então Ministro da Cultura Gilberto Gil Passos escreve o artigo “Os Museus do Brasil estão bem vivos: a importância dos baús aberto da nossa memória afetiva”. Neste texto, ele fala deste novo compromisso que os museus contemporâneos precisam assumir para se tornar “lugares de criação, diálogo e preservação do aqui e agora”. Com esta premissa, intensificam-se esforços, gerado pelo pacto entre sociedade civil e governos para construção de uma nova forma de fazer museus e Museologia no Brasil.

Ainda assim, havia a necessidade de produzir uma diretriz que potencializasse as ações intelectuais das instituições museológicas, contribuindo eficaz e eficientemente para a profissionalização da pesquisa, preservação e comunicação. Desta forma, em 2009, é instituído o Estatuto de Museus, pela Lei Federal nº 11.904 o documento, também gerado dentro de experiências de diferentes sujeitos sociais e institucionais, vem contribuir para conceber os princípios fundamentais para o museu, a saber: *a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; e o intercâmbio institucional.*

Com este estatuto, as instituições museais públicas e privadas, seus dirigentes, equipes passam a ter um norte para perceber-se enquanto instituição e compreender as potencialidades no processo de qualificação institucional, o que envolve: profissionalização das equipes; elaboração de plano diretor; elaboração, execução e avaliação de programas e projetos envolvendo toda a equipe; elaboração de exposições de longa duração, curta duração e itinerante que problematize temáticas a partir dos acervos; e ações educativas geradas com diferentes parceiros e vinculadas a questões sociais reais, contribuindo para aproximação com os diferentes públicos e consequente democratização do conhecimento.

Entretanto, mesmo com os avanços epistemológicos e metodológicos realizados nestes 10 anos de Política Nacional de Museus, há inúmeras fronteiras a vencer. Ainda nos parece que esta política precisa ser discutida profundamente e obter das diferentes esferas de poder, o seu reconhecimento enquanto política que poderá capilarizar conteúdos estratégicos para o aperfeiçoamento da sociedade. Ressalta-se que esta política não pode ficar sob responsabilidade apenas de uma agência governamental, mas deve ser compreendida como pertencente ao povo brasileiro, que precisa enxergar nesta a possibilidade de alargamento de conceitos e ações práticas de preservação dos bens culturais para inclusão de crianças, jovens e adultos.

Assim, nestes 10 anos da citada política, nos parece que estamos no estágio de “perceber o caminho”, pois ainda enfrentamos grandes dificuldades, seja nas agências governamentais e nas empresas de pequeno, médio e grande porte, que não percebem a importância social dos museus. Entretanto, também assistimos a diversificadas experiências que estão sendo construídas nas regiões brasileiras, ainda que pontuais e muitas vezes sem continuidade, que possibilitam perspectivas de profissionalização e participação política dos museus nas questões sociais da atualidade.

Logo, refletir sobre o alargamento do conceito de patrimônio cultural a partir da Constituição brasileira de 1988 contribui profundamente para enxergar o quanto avançamos, e ao mesmo tempo repensar novos processos educativos acionadas pelos grupos sociais. Exercício necessário e desafiante, pois não há “receita” pronta e não podemos desvincular estes avanços das questões macros das políticas que o Brasil está construindo. Torna-se urgente que as esferas governamentais, instituições museais, equipes técnicas e parceiros, compreendam seus papéis sociais e políticos e com esta compreensão busquem diversas estratégias educativas, que promovam o ‘encantamento crítico’

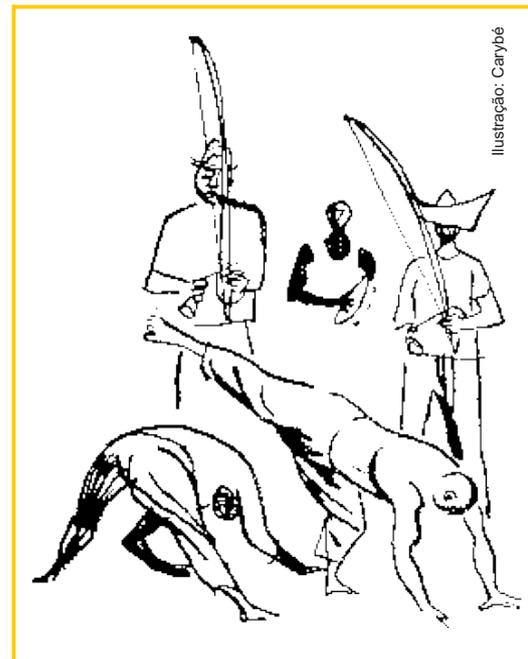


Ilustração: Carybé

Jogo de Capoeira

junto aos seus públicos, que ao mesmo tempo são multiplicadores no processo de ampliação de direitos constitucionais.

Bibliografia

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva In. Inovação Cultural, Patrimônio e Educação. Recife, 2008.

STUDART, Denise Coelho. A produção intelectual do CECA-Brasil nas conferências internacionais do Comitê de Educação e Ação Cultural do ICOM de 1996 a 2004 In. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centro Culturais. Vol. 1, n.1 (2004), Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

TOLENTINO, Átila. O Sistema Brasileiro de Museus e outros sistemas: uma análise comparativa In. Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centro Culturais. Vol. 1, n.2 (2004), Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

SANTOS, Maria Célia T. M. Programa de Formação e Capacitação em Museologia (Eixo Programático nº 3). In: Política Nacional de Museus. Ministério da Cultural, Brasília, 2003.